

JUSTIFICATIVAS ACERCA DA ESCOLHA DO CONTRATADO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 089/2025

Prevê o art. 72, incisos V a VII, da Lei Federal n. 14.133/2021 que a justificativa de escolha do contratado e de seu preço, assim como a comprovação da habilitação, deverá constar no processo de contratação direta, nos seguintes termos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço; [...]

Como regra, a escolha do contratado – e conseqüentemente do preço a ser contratado e a comprovação de sua habilitação – dar-se-á em momento seguinte ao Termo de Referência, o qual, tratando-se de contratação direta, busca sintetizar as principais informações acerca do objeto a ser contratado e das condições que regerão a futura contratação. Ao contrário do que ocorre em um processo licitatório, não seria cabível expor no Termo de Referência um método objetivo para seleção de fornecer, eis que se estaria a esboçar um processo licitatório, não uma contratação direta.

No âmbito do SAMAÉ DE JARAGUÁ DO SUL/SC, esse momento posterior, que condensa tais informações, ocorre através do documento de “justificativa da escolha”, conforme art. 15, inciso XI, do Decreto nº 19.330/2025 do Município de Jaraguá do Sul:

Art. 15. As contratações do Poder Executivo Municipal, seja mediante licitação, seja mediante dispensa ou inexigibilidade, estão sujeitas à realização da fase preparatória, composta pelas seguintes etapas:

(...)

XI - justificativa da escolha, no caso de dispensa ou inexigibilidade, contendo:

a) razão de escolha do contratado;

b) justificativa do valor a ser contratado; e

c) comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, se for o caso.

Assim, para fins de cumprimento do disposto no art. 72, incisos V a VII, da Lei Federal n. 14.133/2021, a Administração deverá, no documento de “justificativas da escolha”, demonstrar que aquele que pretende contratar preenche todos os requisitos previstos no Termo de Referência, necessários à execução do objeto, e que seu preço é compatível com o mercado e inferior ao limite para enquadramento na dispensa por baixo valor, de modo a garantir a objetividade, isonomia e publicidade necessária a todas as contratações, mas sem alcançar aquele rigor previsto para o processo licitatório e dispensado pelo legislador.

Nesse sentido, dispõe Joel de Menezes Niebuhr¹:

[...] depois de definir o objeto e as condições de execução do futuro contrato (inciso I do artigo 72), depois de definir o preço de referência (inciso II do artigo 72) e de realizar as previsões orçamentárias (inciso IV do artigo 72), a Administração Pública deve escolher com quem contratar e justificar a sua opção (inciso VI do artigo 72), o que passa pela apuração da proposta para si mais vantajosa (inciso VII do artigo 72) e pela investigação das qualificações do futuro contratado (inciso V do artigo 72).

Nessa fase, ela não precisa tratar todos os possíveis interessados com igualdade, o que seria necessário se ela devesse proceder à licitação pública. Repita-se, nos casos de dispensa e de inexigibilidade são aceitos agravos à isonomia, que cede parcialmente em face da impossibilidade de realizar a licitação pública ou da proteção de outros valores relacionados ao interesse público. Contudo, no mesmo passo, não se quer afirmar que a isonomia é derogada por completo, porque a Administração Pública não pode fazer valer discriminações desproporcionais e desnecessárias. Portanto, para escolher o contratante, a Administração Pública não é obrigada a tratar todos os possíveis interessados com igualdade, todavia, deve fazê-lo na maior medida possível.

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 135-136.

E, Juliano Heinen²:

Trata-se de mais uma providência que, se de um lado melhora o controle das contratações públicas, de outro aumenta significativamente a burocracia. A justificativa objetiva sobre o fornecedor não pode ser levada ao extremo ou tomada absoluta. De outro lado, não se pode admitir que o processo de contratação direta se dê em função de mera indicação de critérios evidentemente subjetivos para a escolha do aludido contratado, sem a necessária justificativa. Há de se ter um equilíbrio aqui.

Assim, configura-se como suficiente para escolha do fornecedor a demonstração de preenchimento de todos os requisitos previstos no Termo de Referência, necessários para a execução do objeto, e de compatibilidade do preço contratado com o praticado no mercado e com o limite para dispensa por baixo valor.

1. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Tendo a presente dispensa de licitação por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE CORTINA VERDE NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE NEREU RAMOS**, a justificativa da escolha das empresas:

- 1) **SANLUME ILUMINAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **49.962.969/0001-32 para o LOTE 01;** e
- 2) **TELAS SEIDEL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **11.697.878/0001-44 para o LOTE 02;**

como contratadas se dá em razão de terem apresentado, entre aqueles cotados pelo Samae, as propostas mais vantajosas, que atendiam a todas as necessidades da administração e, cumulativamente, possuía o **menor preço por lote**:

- 1) **Lote 01 – R\$ 9.408,00 (nove mil, quatrocentos e oito reais);**
- 2) **Lote 02 – R\$ 10.976,00 (dez mil, novecentos e setenta e seis reais).**

Extrai-se do excerto supratranscrito do Termo de Referência que, tratando-se de contratação direta por dispensa em razão do valor, considera-se justificada a escolha pelo preenchimento dos requisitos previstos no Termo de Referência e pela compatibilidade com o preço praticado no mercado e com o limite para dispensa por baixo valor, nos seguintes termos:

Assim, configura-se como suficiente para escolha do fornecedor a demonstração de preenchimento de todos os requisitos previstos neste Termo de Referência, necessários para a execução do objeto, e de compatibilidade do preço contratado com o praticado no mercado e com o limite para dispensa por baixo valor.

Assim, verificar-se-á nas páginas a seguir o cumprimento desses requisitos.

2. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Acerca da justificativa do preço contratado e da pesquisa de preços realizada para subsidiá-la, bem como do contido no Termo de Referência, pode-se concluir que:

Prevê o art. 72, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, junto ao processo de contratação direta, deverá ser realizada pesquisa de preços, como em processos licitatórios, para fins de estimativa do valor da contratação e que será utilizada, em documento posterior, para fins de justificativa do preço contratado:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]
II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; [...]
VII - justificativa de preços; [...]

No âmbito do SAMAE DE JARAGUÁ DO SUL/SC, conforme faculdade regulamentar prevista na forma do Anexo VII, a pesquisa de preços encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 19.330 de 2025, que assim dispõe:

² HEINEN, Juliano. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*: Lei nº 14.133/21. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. p. 565.

Art. 1º do Anexo VII. Compete à Diretoria de Compras e Licitações realizar a pesquisa de preços que reflita os valores de mercado, a fim de subsidiar a apuração do valor estimado para a contratação.

[...]

Art. 2º. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada, mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

- I) Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- II) Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III) Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo municipal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;
- IV) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- V) Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§1º. Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§2º. Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

- I) Prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;
- II) Obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:
 - a) Descrição do objeto, valor unitário e total;
 - b) Número do Cadastro de Pessoa Física – CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
 - c) Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
 - d) Data de emissão;
 - e) Nome completo e identificação do responsável;
- III) Informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e,
- IV) Registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV, do caput.

Cumprido destacar que esta estimativa de valor não configura uma seleção de menor preço, tampouco, necessariamente, um preço máximo que a administração pode arcar. Ao contrário, busca subsidiar, em momento seguinte a este Termo de Referência, a verificação se o preço daquele que foi escolhido como contratado é compatível com o mercado, conforme dispõe o ilustre doutrinador Joel de Menezes Niebuhr:

[...] há de se separar duas questões: uma é a escolha do futuro contratado, que não precisa se amparar decisivamente no preço, outra é a justificativa do preço do futuro contrato, que deve ser compatível com o mercado. Demonstrado que o preço é compatível com o mercado, em face da pesquisa de preços que é realizada com antecedência e que pode ocorrer independentemente da consulta direta a qualquer fornecedor

ou interessado, a Administração Pública goza de discricionariedade para a escolha do futuro contratado, desde que de maneira motivada. Sob essa perspectiva, não é obrigatório que em contratação direta haja alguma espécie de disputa entre possíveis interessados. Basta, apenas, que a escolha do futuro contratado seja motivada e que o preço seja compatível com o mercado, o que não depende, insista-se, de cotação direta de preços com outros fornecedores ou interessados.

Ressalta-se, ainda, que a compatibilidade com o praticado no mercado não significa ser necessariamente inferior, em valores absolutos, ao montante obtido na pesquisa de preços. Pede-se, na literalidade do art. 72, inciso VII, um preço justificado. Se o objetivo da contratação direta fosse a rigorosa busca do menor preço, não seria uma contratação direta, mas um pregão com o critério de julgamento de menor preço. Nesse sentido, extrai-se da doutrina especializada:

No caso da contratação direta, o que se espera é que o preço seja “justificável”, o que não necessariamente implica dizer em ser inferior ao preço de mercado ou à média obtida. No caso de inexigibilidade de licitação, por exemplo, sequer é possível falar em “preço de mercado”, propriamente, pois inviável a competição: nesse caso o preço de referência usualmente é o regular da própria contratada. Havendo divergências entre o preço obtido em pesquisa e o da contratação que se pretende formalizar, este deve ser justificável para que o procedimento possa prosseguir.

Assim, ilustrado não se tratar de um preço máximo de licitação, o valor da contratação fora estimado a partir dos quantitativos já expostos no corpo do Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos do Decreto nº 19.330/2025 do Município e do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021.

O inteiro teor da pesquisa de preços encontra-se nos autos deste processo e os valores estimados encontram-se transcritos abaixo:

Item	Descrição	Fonte (Órgão Público/Fornecedor)	Cotação
LOTE 01			
1	POSTE TELECÔNICO RETO ALTURA TOTAL LIVRE DO SOLO DE 4 METROS ENGASTADO 1.1 Poste telecônico reto; 1.2 Altura total de 5 metros; 1.3 Sem base (enterrado na areia, terra, etc) 1.4. Material de aço galvanizado 1010/1020.	Pregão edital nº 43/2024 CINCATARINA/SC	R\$ 400,00
		Pregão edital nº 52/2024 Prefeitura de Cacequi/RS	R\$ 494,50
		Pregão edital nº 32/2024 Município de Quitandinha/PR	R\$ 555,00
		Orçamento Olivo S/A ind Prod Iluminação e Eletroferragens CNPJ nº 30.471.204/0001-71	R\$ 512,00
		Orçamento Embras Iluminação CNPJ nº 15.913.953/0001-18	R\$ 592,38 ³
		Orçamento Sanlume Iluminação CNPJ nº 49.962969/0001-32	R\$ 588,00
		Orçamento Inova Estruturas Metálicas CNPJ nº 47.679.821/0001-60	R\$ 595,00
LOTE 02			
2	TELA ALAMBRADO LOSANGULAR BWG 14 REVESTIDA EM PVC	Orçamento KD Telas e Arames CNPJ nº 12.099.780/0001-58	R\$ 19,00

³ Orçamento contemplando frete embutido no valor dos produtos

	1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS 1.1 A tela deve ser de material de arame galvanizado, revestido com PVC na cor verde 1.2 Formato losangular de 10 centímetros. 1.3 Altura da tela deve ser de 4 metros. 1.4 Fio BWG 14 (2,80mm) 1.5 Malha 10cm	Orçamento SS Industria Metalurgica de Telas CNPJ nº 08.325.039/0001-90	R\$ 27,96
		Orçamento Telas Seidel CNPJ nº 11.697.878/0001-44	R\$ 27,00
		Orçamento Distribuidora Só Telas CNPJ nº 42.136.758/0001-00	R\$ 30,40
		Orçamento KL Materiais de Construção Ltda CNPJ nº 15.843.0001-04	R\$ 32,90
3	ARAME LISO GALVANIZADO BWG 14 REVESTIDA EM PVC 1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS 1.1 Arame Liso Galvanizado, ideal para cercados, com alta resistência de impacto; 1.2 Fio BWG 14 (2,11mm) 1.3 Acabamento: Zincado, garantindo resistência à oxidação	Pregão edital nº 61/2024 Guarujá do Sul/SC	R\$ 12,00
		Pregão edital nº 07/2025 Município de Itabaiana	R\$ 13,90
		Pregão Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social/SC	R\$ 15,90
		Pregão nº 071/2024 Município de Sombrio/SC	R\$ 26,63
		Orçamento - SS Industria Metalurgica de Telas CNPJ nº 08.325.039/0001-90	R\$ 20,78
		Orçamento - KD Telas e Arames CNPJ nº 12.099.780/0001-58	R\$ 21,20
		Orçamento - Telas Seidel CNPJ nº 11.697.878/0001-44	R\$ 28,00
		Orçamento - Distribuidora Só Telas CNPJ nº 42.136.758/0001-00	R\$ 28,50
		Orçamento - KL Materiais de Construção Ltda CNPJ nº 15.843.0001-04	R\$ 38,90
4	CATRACA PARA ARAME LISO 1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS 1.1 Compatibilidade para esticar arame liso galvanizado de diâmetro entre 2,11 e 4,0 milímetros; 1.2 Material: Chapa galvanizada com revestimento de zinco, proporcionando resistência à corrosão.	Pregão edital nº 68/2024 Prefeitura de Ireneópolis/SC	R\$ 6,65
		Pregão edital nº 083/2024 Município de Itá/SC	R\$ 6,70
		Pregão edital nº 059/2024 Prefeitura de Pinhalzinho/SP	R\$ 7,09
		Pregão edital nº 47/2025 Prefeitura de Ireneópolis/SC	R\$ 8,25
		Orçamento - SS Industria Metalurgica de Telas CNPJ nº 08.325.039/0001-90	R\$ 6,33
		Orçamento - Distribuidora Só Telas CNPJ nº 42.136.758/0001-00	R\$ 12,22

	Orçamento - KD Telas e Arames CNPJ nº 12.099.780/0001-58	R\$ 12,40
	Orçamento - KL Materiais de Construção Ltda CNPJ nº 15.843.0001-04	R\$ 12,90
	Orçamento - Telas Seidel CNPJ nº 11.697.878/0001-44	R\$ 15,00

Conforme proposta constante nos autos do processo, **o preço unitário ofertado pela proponente melhor classificada, para o Lote 02, é de R\$ 10.976,00 (dez mil, novecentos e setenta e seis reais) e o valor total a ser despendido para a contratação é de R\$ 10.976,00 (dez mil, novecentos e setenta e seis reais)**, o qual encontra-se compatível com a estimativa do valor supracitado resultante da pesquisa de preços no mercado.

Igualmente, destaca-se que este valor se encontra abaixo do limite para dispensa de licitação em razão de baixo valor no caso de serviços e compras em geral (art. 75, inciso II c/c § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021).

Sendo assim, justificado está o preço a ser contratado para o Lote 02.

3. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DECORRENTES DA DIVULGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA

De uma análise dos autos deste processo, e conforme já exposto no Termo de Referência, verifica-se que a divulgação de Aviso de Dispensa Eletrônica nº 089/2025 fora devidamente realizada no sítio eletrônico do Samae de Jaraguá do Sul/SC e no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o art. 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 48 do Decreto Municipal nº 19.330/2025, tendo sido disponibilizado o prazo de **19 de agosto de 2025 até 22 de agosto de 2025** para a apresentação de propostas adicionais pelos eventuais interessados, com abertura de Sessão Pública e fase de lances em 22 de agosto de 2025, de 8h15 às 14h15.

No prazo acima descrito, houve participação de uma proponente, somente para o Lote 02:

LOTE 01			
Proponente	CNPJ	Proposta Inicial R\$	Proposta Final R\$
DESERTO			

LOTE 02			
Proponente	CNPJ	Proposta Inicial R\$	Proposta Final R\$ ⁴
TELAS SEIDEL LTDA.	11.697.878/0001-44	10.976,00	10.976,00

Tendo havido apresentação de proposta no prazo através do canal indicado no aviso, considera-se realizada e concluída a divulgação.

4. ANÁLISE DAS PROPOSTAS OBTIDAS NA PESQUISA DE PREÇOS PARA O LOTE 01

Em conformidade com o item 9.1 e 9.2 do Aviso de Dispensa nº 089/2025, em razão de o Lote 01 ter restado Deserto na sessão eletrônica, o Agente de Contratação procedeu a convocação de proponente classificado na fase de pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, privilegiando o menor preço.

⁴ Proposta Final, após a fase de lances da Dispensa Eletrônica nº 089/2025

No dia 22/08/2025, o Agente de Contratação notificou a empresa **Olivo S.A. Indústria de Produtos para Iluminação e Eletroferragens**, classificada em primeiro lugar na cotação de preços de referência, para que apresentasse, até 27/08/2025, a documentação de habilitação prevista no Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação nº 089/2025.

Entretanto, após a remessa dos documentos, constatou-se a ausência da **Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal**, requisito estabelecido no item 2.1.3 do referido Anexo, motivo pelo qual a empresa foi declarada inabilitada.

Cumprido salientar que a proponente encontra-se em **processo de Recuperação Judicial**, instaurado por decisão do Exmo. Juiz de Direito **Luiz Henrique Bonatelli**, da Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca da Capital, nos autos nº 5032568-95.2025.8.24.0023/SC.

Ainda que a decisão judicial, em tese, dispense a apresentação de determinadas certidões negativas para a continuidade das atividades empresariais, tal medida não afasta a exigência contida no §3º do art. 195 da Constituição Federal, o qual dispõe:

“A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público (grifo) nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.”

Na sequência, em 28/08/2025, o Agente de Contratação convocou a empresa **Sanlume Iluminação Ltda.**, classificada em posição subsequente na fase de pesquisa de preços, para apresentar a documentação prevista no Aviso de Dispensa nº 089/2025, fixando o prazo até 02/09/2025.

Em 01/09/2025, a proponente encaminhou os documentos exigidos, os quais foram analisados e considerados regulares, razão pela qual foi declarada **Habilitada** e, por consequência, **vencedora do Lote 01** no âmbito deste processo de Dispensa de Licitação.

5. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Acerca da exigência dos requisitos de habilitação e qualificação no presente processo de contratação direta, transcreve-se o exposto no Termo de Referência:

Prevê o art. 72, inciso V, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, junto ao processo de contratação direta, deverá ser comprovado pelo contratado o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, nos seguintes termos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; [...]

Ora, se em momento posterior à escolha do contratado deverá ser verificado o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima, é requisito lógico que eles sejam requeridos e definidos em momento anterior à sua verificação, ou seja, no presente Termo de Referência.

Nesse sentido, dispõe Joel de Menezes Niebuhr :

Além do preço, com base no inciso V o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, é importante que a Administração Pública avalie as qualificações do futuro contratado, que deve ter habilidade para prestar o objeto do contrato, devendo a Administração Pública buscar elementos que retratem a experiência anterior dele. Não é lícito à Administração Pública, sob o argumento da dispensa e da inexigibilidade, agir imprudentemente, contratando alguém que não tenha aptidão para tanto. É fundamental cercar-se de cuidados e demandar do futuro contratado a comprovação das condições consideradas adequadas para o cumprimento das obrigações contratuais.

Os documentos a serem exigidos em habilitação nas licitações são tratados no Capítulo VI do Título II da Lei nº 14.133/2021, divididos, conforme artigo 62, em habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira.

Conforme apontado pelo autor, os tipos de habilitação encontram-se elencados no caput do art. 62 da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.

Ocorre que, de modo geral, em vistas das particularidades da contratação direta, a doutrina já entende serem aplicadas integralmente à contratação direta somente as habilitações jurídica e fiscal, social e trabalhista :

Conforme art. 62, há quatro tipos de habilitação: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira. Destas, a habilitação jurídica (art. 66) e a fiscal, social e trabalhista (art. 68) aplicam-se integralmente a contratações diretas. [...]

Quanto à habilitação técnica (art. 67), entretanto, em regra ela se mostra desnecessária em contratações diretas, sendo comumente substituída pela justificativa da razão de escolha do contratado do inciso VI deste artigo, embasada sempre na documentação julgada necessária parar tanto. [...]

Já no que concerne à habilitação econômico-financeira, muitas vezes isso também pode ser considerado na própria escolha do contratado, ao ponto de eventual risco de inaptidão econômica se reduzir, já que a pessoa escolhida costuma ter alguma solidez.

Nesse contexto, nos exercícios de suas atribuições regulamentares, através do art. 15º, § 7º, o Decreto nº 19.330/2025 do Município de Jaraguá do Sul, dispôs como necessária para a contratação direta, salvo demonstração em contrário, apenas a documentação referente às habilitações jurídica e fiscal, social e trabalhista:

Art. 15º [...]

XI - justificativa da escolha, no caso de dispensa ou inexigibilidade, contendo:

- a) razão de escolha do contratado;
- b) justificativa do valor a ser contratado; e
- c) comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, se for o caso. (Redação acrescida pelo Decreto nº 17625/2023)

[...]

§ 7º No processo de contratação direta, para fins de cumprimento do disposto na alínea "c", do inciso XI, do caput, somente será requerida a documentação referente às habilitações jurídica e fiscal, social e trabalhista, exceto se demonstrada a necessidade de apresentação de outros documentos para a execução do objeto. (Redação acrescida pelo Decreto nº 17625/2023). [...]

Assim, para a contratação do objeto deste Termo de Referência, exigir-se-á a comprovação, pelo contratado, de sua habilitação jurídica – de modo a demonstrar a capacidade do contratado exercer direitos e assumir obrigações – e fiscal, social e trabalhista – a fim de garantir o cumprimento de suas obrigações com a coletividade –, nos termos dos arts. 66, 68 e 63, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do caput deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições: [...]

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Assim, dispondo o Termo de Referência, com pleno amparo legal, serem necessárias para a contratação do presente objeto o preenchimento da habilitação jurídica e fiscal, social e trabalhista do contratado, cumpre verificar se está demonstrado nos autos.

Acerca da habilitação jurídica, a comprovação de existência jurídica da pessoa prevista no art. 66 da Lei Federal n. 14.133/2021 encontra-se anexada nos autos.

Por fim, sobre a habilitação fiscal, social e trabalhista, prevista no art. 63 e 68 da legislação licitatória, verifica-se que se encontram igualmente presentes nos autos do processo.

Toda documentação para a habilitação encontra-se anexada nos autos e está de acordo com o estabelecido no referido **Aviso de Dispensa nº 089/2025**.

Diante do exposto, considerando a regular instrução do processo, a compatibilidade do preço com o mercado, o cumprimento das exigências legais e a adequada justificativa da escolha, submeto o presente processo à apreciação de Vossa Excelência para decisão quanto à autorização da contratação.

Jaraguá do Sul/SC, 02 de setembro de 2025.

Enio Evandro Luchtenberg
Agente de Contratação
Portaria Samae nº 277/2025